

## A GREVE CONTINUA

O ponto central da conjuntura continua sendo o Plano FHC e a eleição presidencial. Deriva deste fato portanto, o tratamento não uniforme que o governo tem dado a greve dos servidores no que se refere ao atendimento das reivindicações e das punições. Um bom exemplo dessas contradições dentro do governo, é a posição da área econômica que resiste em não abrir o cofre para o atendimento da proposta de isonomia e o fato de nem todos os órgãos estarem implementando as anunciadas punições aos servidores em greve.

A questão fundamental a ser entendida nesse momento é que se por um lado o governo com suas contradições continua negociando a isonomia com os servidores, ao mesmo tempo, aparentando uniformidade este mesmo governo bate no movimento visando desmontar a greve, utilizando-se da decisão do STF para justificar a sua decisão política de cortar o ponto dos servidores grevistas.

Desta forma, forçado a manter o processo de negociação em curso, o governo adota como tática no momento da definição das propostas, os velhos instrumentos das ameaças ao movimento, para com isso colocar o movimento na defensiva e rebaixar ao máximo as concessões aos servidores. Essa tática combina as reiteradas declarações à imprensa de que vão punir os grevistas, reforçadas pelo estardalhaço que vêm sendo feito pela mídia da recente decisão do STF.

O STF, desenterrando um velho mandado de injunção impetrado anos atrás pelos pèlegos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB -, forneceu os subsídios para que tanto a imprensa quanto o governo, manipulando os fatos, passassem a dizer que a greve dos Servidores Públicos é ilegal. O STF não julgou a nossa greve. A decisão diz respeito à emissão de uma comunicação ao Congresso Nacional para que tome as providências necessárias para a edição de lei complementar que regulamente o direito de greve dos servidores públicos, assegurado pelo artigo 37, inciso VII da Constituição Federal.

A decisão do Supremo não tem força para obrigar o governo a proceder ao desconto dos dias parados. Deve ficar claro que esta decisão do governo é unicamente política. É no campo da política que o governo ao mesmo tempo em que se dispõe a continuar negociando, ameaça o movimento procurando desmontar a greve para, sobretudo, rebaixar o atendimento das reivindicações do movimento.

Assim, fica claro que a continuidade do nosso movimento é a única forma de se garantir que o governo continue negociando e mantendo as mesas marcadas para 2ªF com o Ministro Canhin, 4ªF com a área econômica, e uma vez concluído o relatório da Comissão de Isonomia, a audiência com o Presidente Itamar.

Esta semana foi rica na produção de fatos políticos. A discussão da Isonomia ocupou manchetes em todos os jornais, e pelas declarações diferenciadas oriundas de

vários setores do governo, fica evidenciado que se encontra em curso uma disputa interna no governo envolvendo a SAF, os militares, a área econômica, e os setores que dão sustentação a candidatura FHC.

Com o objetivo de termos nossas reivindicações atendidas o Comando Unificado implementou uma série de iniciativas que concorrem para melhorar nossa correlação de forças nas próximas negociações. Essas vão desde os contatos com a SAF que asseguraram as audiências de 2ªF, 23.05, com o Ministro Cahin, e de 4ªF, 24.05, com o Secretário do Tesouro Nacional Murilo Portugal, o Secretário de Orçamento e Finanças Moura Resende, o Ministro Cahin, o EMFA e o CNUG, onde discutiremos os custos da proposta da isonomia para definição dos prazos para a implantação de sua primeira fase. Igualmente, nossa intervenção no V CONCUIT, já possibilitou uma articulação com as entidades internacionais e uma coletiva à imprensa nacional e internacional, envolvendo diretamente a executiva da Central e ao mesmo tempo, o plenário do congresso deliberou pela vinda a Brasília do companheiro Vicentinho para reforçar nossa atuação, colocando o peso de toda estrutura da Central nas negociações em curso.

Os trabalhadores em greve estão reagindo à tentativa autoritária de desmonte da greve pelo governo. As assembléias gerais dos diversos setores realizadas na sexta-feira reafirmaram a continuidade do movimento, única forma de barrarmos essa escalada autoritária e de mantermos a pressão sobre governo, buscando fazer com que, nas próximas reuniões, este apresente sua proposta. Com o objetivo de reforçarmos nossa intervenção, o CNUG está convocando a vinda de caravanas à Brasília para 4ªF, 25.05, bem como a realização de atos nos estados no mesmo dia.

**ATÉ A VITÓRIA !**

**COMANDO NACIONAL UNIFICADO DE GREVE DOS SPF**